

A importância dos valores e do preconceito sexual para compreender as atitudes em relação à homoparentalidade

Valeschka Martins Guerra

Leogildo Alves Freires

Carolina Monteiro Biasutti

Jorge Júlio de Carvalho Valadas Gato

Laís Sudré Campos

Embora altamente discutida na mídia e na literatura científica, a orientação sexual homossexual ainda é considerada como uma “anormalidade”, promovendo preconceito (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018; BORIS; LIRA; MORAIS, 2016; FARR; VÁZQUEZ, 2020; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017). A teoria do estresse de minorias (MEYER, 2003) sugere que pessoas que pertencem a grupos minorizados, sejam eles sexuais, raciais e/ou de gênero, apresentam níveis mais altos de estresse devido à vivência diária de estressores adicionais, tais como a discriminação nas relações sociais e a exclusão de contextos considerados essenciais para um bom desenvolvimento biopsicosocial.

Nesse sentido, o conflito existente entre a identificação com seu grupo de pertença e o estigma social levam a impactos diretos na saúde mental. Considerando o

preconceito e o comportamento discriminatório como algo que está embutido nas práticas culturais, a investigação de valores e atitudes individuais pode nos ajudar a entender essas práticas e, conseqüentemente, lançar uma luz sobre como modificá-las.

De acordo com Ferreira (2007), muitas pessoas heterossexuais não aceitariam homens gays em empregos específicos, como babás ou educadores infantis, devido à crença de que o contato com eles poderia influenciar negativamente as crianças ou persuadi-las a aceitar a homossexualidade como “normal”. Essas representações conservadoras justificam condutas preconceituosas e discriminatórias perante relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero, bem como em relação à homoparentalidade adotiva (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018), uma vez que elas são baseadas principalmente em crenças e valores pessoais.

Pesquisas sobre homoparentalidade

A maior parte da literatura científica sobre homoparentalidade é referente à população gay e lésbica no contexto estadunidense (BORIS; LIRA; MORAIS, 2016). Em levantamento demográfico sobre famílias homoparentais nos Estados Unidos, Gates (2013) evidenciou no último censo americano um total de 650 mil casais do mesmo gênero em situação de coabitação, enquanto dados da *American Community Survey* (UNITED STATES CENSUS, 2011) estimaram que aproximadamente 19 % dessas famílias envolvessem os cuidados parentais de crianças menores de 18 anos. Dentre elas, 27 % eram compostas por casais lésbicos e 11 % por casais gays. Quando se analisava a população geral LGBTI+ com idade menor ou igual a 50 anos, esse número era ainda maior, aumentando para 35 % filhos de pais LGBTI+ com idade menor a 18 anos (GATES, 2013).

A homoparentalidade pode ser constituída por via biológica, quando um dos membros do casal pode fazer uma inseminação ou ter uma relação com o intuito de engravidar, no caso das famílias lésbicas. Já em famílias de homens gays, o casal pode optar pela barriga de aluguel. Ainda há a possibilidade da coparentalidade entre casais homossexuais de homens gays e mulheres lésbicas. Outra maneira de constituição da homoparentalidade é um dos membros do casal homossexual ter um filho anterior ao relacionamento, configurando essa família homoparental como reconstituída. Outra opção seria a parentalidade adotiva (ARAÚJO; BIASUTTI;

NASCIMENTO, 2017; GOLDBERG; PATTERSON, 2016). Para que esta ocorra, o casal (ou um membro do casal) deve entrar com um pedido de adoção e aguardar os trâmites legais para sua conclusão.

No Brasil, as leis sobre adoção são baseadas em critérios similares ao processo público de adoção estadunidense, o *Child Welfare System* (DERMOTT; GROTEVANT, 2014), que visa levar em consideração o melhor interesse da criança (BRASIL, 1990). Quando se trata especificamente da parentalidade entre pessoas do mesmo gênero, não existem barreiras legais que impeçam a adoção (SCORSOLINI-COMIN; XIMENES, 2018). Além disso, a adoção por pais gays/mães lésbicas configuram vantagens reais para a criança, e são tidas como oportunidade de oferecer uma família a essas crianças que se encontram em uma instituição ou sob a proteção do Estado (DERMOTT; GROTEVANT, 2014; CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018).

Entretanto, as adoções homoparentais no contexto brasileiro só foram facilitadas através das lutas LGBTI+, que provocaram mudanças legais ao longo dos últimos anos. Dois marcos legais importantes para a família homoparental no Brasil foram o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo gênero pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, e a proibição dos cartórios em recusarem a oficializar o casamento civil entre pessoas homossexuais, promulgada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013. Essas possibilitaram à população LGBTI+ uma conquista de direitos familiares e, consequentemente, de processos conjuntos de adoção (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association [Ilga], 2020). Não obstante, desafios ainda são enfrentados por essas famílias tanto na reivindicação de direitos e na manutenção desses recém-adquiridos, quanto em mudanças de cunho social para maior aceitação de suas famílias (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017).

Nesse sentido, a menor taxa de sucesso nos processos de adoções homoparentais pode ser pautada em premissas sociais ainda existentes, e consequentemente, de membros do judiciário, de que ter pais gays/mães lésbicas pode ser prejudicial para as crianças (CECÍLIO; SCORSOLINI-COMIN, 2018). Sobre essa preocupação com o desenvolvimento infantil e a influência da orientação sexual dos pais, dados atuais de revisão de literatura apontam que a orientação sexual dos pais não possui relação com o desenvolvimento infantil (PATTERSON, 2017), e que elas se desenvolvem com tanto sucesso quanto os filhos de pais heterossexuais (LAMB, 2012). Além

disso, a adoção por pais do mesmo gênero também provou ser boa para a economia: a proibição da adoção de LGBTI+ poderia levar a uma perda de 87 a 130 milhões de dólares por ano (GATES, 2013).

Dessa forma, os argumentos negativos às adoções homoparentais são comumente baseados em questões morais, com base em conceitos discriminatórios (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017; SCORSOLINI-COMIN; XIMENES, 2018). Corroboram com essa percepção os dados encontrados por Cecílio (2017) em sua pesquisa com profissionais do direito e das ciências psicossociais atuantes nos processos de adoção. Embora os profissionais reconhecessem como legítimo o desejo dos casais homossexuais pela parentalidade adotiva, essa composição familiar ainda era vista com estranhamento e algo novo, muitas vezes com dúvidas sobre como conduzir o processo.

Nesse sentido, a comunidade LGBTI+ e ativistas preocupam-se tanto com a redução da violência e do preconceito contra pessoas de grupos minorizados sexualmente (Grupo Gay da Bahia [GGB], 2019) quanto com a superação das desigualdades existentes no sistema legal (BORIS; LIRA; MORAIS, 2016; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES; PONTES, 2017; GOLDBERG; PATTERSON, 2016). Para a superação de tantos desafios, faz-se necessário compreender quais são os valores pessoais e sociais envolvidos.

O poder preditivo dos valores humanos

Considerados como princípios orientadores na vida das pessoas, os valores desempenham duas funções principais: motivam os indivíduos para objetivos gerais (pessoais, centrais ou sociais) e expressam suas necessidades básicas (materialistas ou humanitárias) (GOUVEIA; GUERRA; MILFONT, 2014). Uma vez internalizados durante a socialização, eles se tornam critérios de orientação e julgamento sobre o próprio comportamento e o comportamento de outras pessoas.

A literatura já aponta uma associação entre os valores e atitudes em relação a grupos minorizados sexualmente. Atitudes estereotipadas de pessoas heterossexuais em relação a homens gays/mulheres lésbicas estão negativamente correlacionadas com valores de harmonia e igualdade (HEAVEN; OXMAN, 1999), valores de conservação e autorrealização (DONALDSON; HANDREN; LAC, 2016) e valores

de conservação e de poder (KUNTZ *et al.*, 2015). Atitudes positivas e de aceitação de pessoas homossexuais estão associadas na literatura a valores de abertura à mudança e autotranscendência (DONALDSON; HANDREN; LAC, 2016); e abertura à mudança e universalismo em outro estudo baseado na *European Social Survey* (KUNTZ *et al.*, 2015).

Esses resultados mostram que valores culturais e pessoais têm influência nas atitudes sexuais das pessoas. Resultados semelhantes foram observados ao se utilizar a teoria funcional dos valores humanos (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014), que propõe seis subfunções ou valores básicos que derivam do cruzamento das duas principais funções (orientação de julgamento e expressão de necessidades básicas). Essas seis subfunções são: *valores de experimentação* (orientação pessoal, necessidades humanitárias), que enfatizam a busca por novas experiências, prazer e satisfação pessoal; *valores de realização* (orientação pessoal, necessidades materialistas), que acentuam o poder e a importância de ter autoridade sobre outras pessoas; *valores de existência* (orientação central, necessidades materialistas), que enfatizam a saúde e a importância da sobrevivência do corpo físico; *valores suprapessoais* (orientação central, necessidades humanitárias), que enfatizam a maturidade e a importância do conhecimento para o sentido de realização, subjetivo à pessoa; *valores interativos* (orientação social, necessidades humanitárias), que enfatizam o afeto e a importância das relações interpessoais; e, finalmente, *valores normativos* (orientação social, necessidades materialistas), que enfatizam a tradição e a manutenção do *status quo*.

Estudos conduzidos no Brasil utilizando essa teoria mostraram que atitudes liberais quanto a comportamentos homossexuais são positivamente explicados por valores de experimentação e negativamente explicados por valores normativos após controlar as tendências socialmente desejáveis em estudantes de graduação (GUERRA *et al.*, 2012). Outros estudos observaram que valores normativos estavam associados com motivação externa (positivamente) e com motivação interna (negativamente) para reações sem preconceito com relação a homens gays e mulheres lésbicas (GOUVEIA *et al.*, 2012) e frente à homoparentalidade (REZENDE *et al.*, 2019). Valores normativos e de realização apresentam-se como melhores preditores da homofobia implícita, enquanto valores normativos são preditores da homofobia explícita (GUSMÃO *et al.*, 2016).

Assim, esse trabalho tem como objetivo investigar as associações entre subfunções de valores humanos com diferentes expressões de preconceito sexual, bem como com atitudes positivas em relação à adoção de crianças por casais homoparentais. Para tanto, dois estudos foram conduzidos. Esses foram autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Roraima (CAAE: 30598714.1.0000.5302).

Estudo 1

O Estudo 1 teve como objetivo investigar se os valores humanos e a homofobia estão relacionados à concordância com a homoparentalidade, controlando pela idade, nível de religiosidade e pelas motivações interna e externa para responder sem preconceito diante de homens gays e mulheres lésbicas.

Método

Participaram deste estudo 159 pessoas da população geral, com uma média de idade de 27,6 ($DP = 11,53$). A maioria da amostra é composta por participantes do gênero feminino (69 %), solteira (74 %), estudante (64 %) e católica (39 %).

Os participantes foram convidados a responder um questionário online constituído pelos seguintes instrumentos:

Escala de Homofobia Implícita e Explícita. Elaborada por Castillo e colaboradores (2003), foi adaptada ao contexto brasileiro por Marinho e colaboradores (2004). Consiste em 17 itens, aos quais o respondente deve atribuir respostas variando de 1 (Discordo totalmente) a 7 (Concordo totalmente). Os itens se agrupam em dois fatores: *homofobia explícita* (ex.: “Por sua própria condição, os(as) homossexuais nunca alcançarão o mesmo nível de desenvolvimento pessoal que os heterossexuais”) e *homofobia implícita* (ex.: “Acredito que os valores religiosos e éticos dos(as) homossexuais são diferentes dos heterossexuais”). No presente estudo, os índices de consistência interna (alfa de Cronbach) foram 0,81 para homofobia explícita e 0,84 para homofobia implícita.

Escala de Motivações Externa e Interna para Responder sem Preconceito. Elaborada por Plant e Devine (1998), a versão utilizada nesse estudo foi adaptada por Gouveia

e colaboradores (2011), tendo homens gays e mulheres lésbicas como grupo alvo das motivações. Deve-se responder a 10 itens em uma escala tipo Likert de nove pontos, sendo 1 (Discordo totalmente) e 9 (Concordo totalmente). Os itens são igualmente distribuídos na constituição de dois fatores: motivação interna para responder sem preconceito (ex.: “segundo meus valores pessoais é errado usar estereótipos em relação aos gays”) e motivação externa (ex.: “procuro não apresentar preconceito contra gays, para evitar a desaprovação dos outros”). Os índices de consistência interna identificados foram 0,66 para motivação interna e 0,82 para motivação externa.

Questionário de Valores Básicos. Esse instrumento, elaborado e validado por Gouveia (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014), contém 18 itens que expressam as subfunções dos valores (ex.: “*Convivência*. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, religioso, esportivo, entre outros”; “*Tradição*. Seguir as normas sociais de seu país; respeitar as tradições da sociedade”). Os respondentes são solicitados a atribuir, de acordo com uma escala de 1 (nada importante) a 7 (totalmente importante), a importância de cada valor como princípio-guia de suas vidas. O alfa de Cronbach do instrumento completo no presente estudo é de 0,78, com as dimensões variando entre 0,51 (subfunção de existência) a 0,75 (subfunção normativa).

Questões sociodemográficas. Participantes também foram solicitados a responder perguntas para caracterização da amostra, tais como gênero, idade, religião e nível de religiosidade. Adicionalmente, também foram incluídas duas perguntas dicotômicas: “*Você concorda com a adoção de crianças por homens gays/mulheres lésbicas?*”, que deveriam ser respondidas como 1 (sim) ou 0 (não).

Um questionário online foi desenvolvido e hospedado no Google Docs, e seu endereço eletrônico foi divulgado em redes sociais, enviado via e-mail para contatos dos pesquisadores e estudantes. Ao acessar a primeira página do questionário, os participantes encontravam uma apresentação da pesquisa e um termo de consentimento livre e esclarecido, ao final do qual o participante era solicitado a clicar em um botão para confirmar sua concordância. Para o participante avançar para a próxima página do questionário era necessário responder a todos os itens. Os participantes foram informados que a sua participação era voluntária, anônima e que apenas os pesquisadores diretamente envolvidos no projeto teriam acesso aos dados.

Resultados e discussão parcial

Inicialmente, foram realizadas análises de correlação para investigar a associação entre as duas dimensões da homofobia, as variáveis sociodemográficas de idade e nível de religiosidade, as motivações para responder sem preconceito e as seis subfunções dos valores. Os resultados indicaram que a homofobia implícita apresentou correlações positivas com a idade ($r = 0,34, p < 0,01$), o nível de religiosidade ($r = 0,19, p < 0,05$) e com a subfunção normativa dos valores ($r = 0,27, p < 0,01$), além de uma correlação negativa com a motivação interna para responder sem preconceito diante de homens gays ($r = -0,25, p < 0,01$). Nenhuma associação significativa foi observada com a homofobia explícita.

A motivação externa para responder sem preconceito perante homens gays apresentou uma correlação negativa com a idade ($r = -0,17, p < 0,05$) e correlações positivas com o nível de religiosidade ($r = 0,17, p < 0,05$), com a motivação externa diante mulheres lésbicas ($r = 0,90, p < 0,01$) e com a subfunção normativa dos valores ($r = 0,26, p < 0,01$). Já a motivação interna diante de homens gays também apresentou uma correlação positiva com a mesma dimensão perante mulheres lésbicas ($r = 0,76, p < 0,01$), e com a subfunção suprapessoal ($r = 0,18, p < 0,05$). As motivações externas e internas diante de mulheres lésbicas também apresentaram o mesmo padrão de associação com os valores que as mesmas dimensões diante de homens gays: a motivação externa correlacionou-se diretamente apenas com a subfunção normativa ($r = 0,26, p < 0,01$) e a motivação interna correlacionou-se diretamente com a subfunção suprapessoal ($r = 0,18, p < 0,01$).

Como proposto por Pereira e colaboradores (2011), expressões explícitas de preconceito não foram identificadas na amostra e não apresentaram associação com outras variáveis. No entanto, a homofobia implícita apresentou correlações significativas com a idade, religiosidade e valores normativos, corroborando os achados de Gusmão e colaboradores (2016). Essa subfunção dos valores apresentou-se como particularmente importante na associação com a homofobia implícita de modo geral, incluindo a motivação externa para responder sem preconceito diante de homens gays e mulheres lésbicas. Os valores suprapessoais, por outro lado, associaram-se com a motivação interna, corroborando achados anteriores (GOUVEIA *et al.*, 2012).

Duas regressões logísticas múltiplas foram realizadas com o intuito de explicar a concordância dos participantes com a homoparentalidade, incluindo idade, nível de religiosidade, homofobia implícita e explícita, motivações internas e externas e as seis subfunções de valores como possíveis preditores. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

Na primeira análise conduzida acerca da concordância com a homoparentalidade lésbica, um teste do modelo completo comparado à constante foi estatisticamente significativo, indicando que o conjunto de preditores é confiável para distinguir entre participantes que concordam e discordam da questão ($\chi^2 = 77,91$; $gl = 12$; $p < 0,001$). O índice R^2 de Nagelkerke foi 0,58, sugerindo um relacionamento moderado, apresentado por um modelo que explica 58 % da variância. O percentual de sucesso da predição geral foi de 85 %, sendo 93 % para a concordância e 61 % para a discordância. O critério de Wald demonstra que as variáveis preditoras significativas foram: a homofobia implícita; as motivações internas e externas para responder sem preconceito diante de mulheres lésbicas; e as subfunções suprapessoal e normativa dos valores. As outras variáveis não foram inseridas no modelo como significativas. Os valores do EXP(B) indicam que quando a homofobia implícita, a motivação externa e os valores normativos aumentam em uma unidade (um ponto no escore médio do construto), há cerca de duas vezes mais chance de o participante discordar com a adoção de crianças por mulheres lésbicas. A motivação interna e os valores suprapessoais também influenciam o resultado. No entanto, elas aumentam a probabilidade de o participante concordar com a adoção.

Tabela 1 – Regressão logística múltipla da homoparentalidade lésbica/gay

Homoparentalidade lésbica	B	S.E.	Wald	p	Exp. (B) (IC 95 %)
Idade	0,009	0,02	0,16	0,69	1,01 (0,965–1,055)
Nível de religiosidade	0,195	0,30	0,43	0,51	1,21 (0,677–2,181)
Homofobia explícita	-0,540	0,59	0,83	0,36	0,58 (0,182–1,871)
Homofobia implícita	0,986	0,42	5,43	0,02	2,68 (1,169–6,143)
Motiv. Externa / lésbicas	0,287	0,13	4,57	0,03	1,33 (1,024–1,732)
Motiv. Interna / lésbicas	-0,399	0,15	6,58	0,01	0,67 (0,49–0,910)
Subfunção de experimentação	-0,661	0,33	0,96	0,05	0,52 (0,269–0,990)
Subfunção de realização	0,148	0,28	0,28	0,60	1,16 (0,670–2,006)
Homoparentalidade lésbica	B	S.E.	Wald	p	Exp. (B) (IC 95 %)
Subfunção suprapessoal	-1,305	0,35	13,58	0,00	0,27 (0,135–0,543)
Subfunção de existência	0,234	0,42	0,31	0,57	1,26 (0,557–2,867)
Subfunção normativa	0,726	0,34	4,61	0,03	2,07 (1,066–4,007)
Subfunção interacional	0,658	0,44	2,23	0,13	0,93 (0,815–4,575)
Constante	-1,466	3,68	0,16	0,70	0,231 (N/A)
Homoparentalidade gay	B	S.E.	Wald	p	Exp. (B) (IC 95 %)
Idade	0,021	0,02	0,85	0,35	1,02 (0,976–1,069)
Nível de religiosidade	0,196	0,31	0,40	0,52	1,22 (0,665–2,225)
Homofobia explícita	-0,819	0,60	1,84	0,17	0,44 (0,135–1,440)
Homofobia implícita	1,111	0,45	6,13	0,01	3,04 (1,260–7,320)
Motiv. Externa / gays	0,398	0,14	7,84	0,00	1,49 (1,127–1,967)
Motiv. Interna / gays	-0,397	0,16	6,41	0,01	0,67 (0,494–0,914)
Subfunção de experimentação	-0,997	0,38	6,85	0,01	0,37 (0,175–0,779)
Subfunção de realização	0,510	0,30	2,80	0,09	1,67 (0,917–3,027)
Subfunção suprapessoal	-1,442	0,38	14,04	0,00	0,24 (0,111–0,503)
Subfunção de existência	-0,034	0,39	0,01	0,93	0,97 (0,447–2,090)
Subfunção normativa	0,664	0,34	3,71	0,05	1,94 (0,988–3,281)
Subfunção interacional	0,798	0,46	3,02	0,08	2,22 (0,903–5,462)
Constante	0,325	3,72	0,01	0,93	1,38 (N/A)

Nota. Graus de liberdade = 1. Método = Enter.

Fonte: Elaboração própria.

A segunda análise conduzida investigava a concordância com a adoção de crianças por parte de casais gays. O teste do modelo completo comparado à constante também foi significativo, indicando que os preditores são capazes de distinguir entre participantes que concordam e discordam da questão ($\chi^2 = 86,15$; gl = 12; $p < 0,001$). Um relacionamento moderado também foi sugerido pelo índice R² de Nagelkerke, que foi igual a 0,62, ou seja, explicando 62 % da variância da variável dependente. O percentual de sucesso da predição geral foi de 87 % (93 % para a concordância e 70 % para a discordância). Os preditores significativos identificados pelo critério de Wald foram a homofobia implícita, as motivações internas e externas para responder sem preconceito perante homens gays, e as subfunções de experimentação e suprapessoal dos valores. Os valores do EXP(B) indicam que quando a motivação externa aumenta em um ponto, participantes apresentam cerca de 1,5 vezes mais chances de discordar da questão. Adicionalmente, quando a homofobia implícita aumenta, os participantes apresentam 3 vezes mais chances de discordar da adoção por casais gays. A motivação interna e as subfunções de experimentação e suprapessoais dos valores, por outro lado, aumentam a chance dos participantes concordarem com a adoção de crianças por casais gays. As outras variáveis não foram inseridas no modelo como significativas.

Tais resultados demonstram que a aceitação da homoparentalidade não é explicada unicamente pelas diferentes expressões da homofobia, mas também pelos valores suprapessoais e normativos, para casais de lésbicas, e suprapessoais e de experimentação para casais gays, corroborando os achados de Rezende e colaboradores (2019). Esses resultados reforçam a importância de incluir os valores humanos nas pesquisas sobre o tema.

No entanto, contribuições adicionais acerca da aceitação da homoparentalidade poderiam ser alcançadas com a utilização de um instrumento de medida que avaliasse o construto de forma ordinal, com itens que expressem dimensões associadas dele. Nesse sentido, propôs-se o Estudo 2, que buscou avaliar o impacto dos valores humanos, do preconceito sexual e das atitudes diante da união homossexual nas atitudes perante homoparentalidade.

Estudo 2

Método

Contou-se com a participação de 339 sujeitos da população geral, com idade média de 26 anos ($DP = 8,15$). A maioria identificou-se como sendo do gênero feminino (53,7 %), pessoas heterossexuais (64 %) e católicos (37 %).

Os participantes responderam um questionário sobre características sociodemográficas (como idade, gênero, orientação sexual e estado civil etc.) e a seguintes medidas:

Escala de Atitudes diante da Homoparentalidade (EAFH). Originalmente desenvolvido por Falcão (2004), foi adaptada por Freires (2015) em uma versão reduzida com 10 itens que descrevem atitudes positivas (ex.: “se o casal homossexual é formado por duas pessoas ajustadas, a criança se desenvolverá normalmente”) e atitudes negativas (ex.: “é melhor que a criança fique em uma instituição à espera de um casal heterossexual do que ser adotada por homossexuais”). Os itens devem ser respondidos em uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os alfas de Cronbach para este estudo foram $\alpha = 0,90$ para atitudes positivas e $\alpha = 0,94$ para atitudes negativas.

Escala de Atitudes Frente à União Homossexual (EAFUH), desenvolvida por Falcão (2004) e adaptada por Freires (2015) em uma versão reduzida com oito itens que descrevem posicionamentos favoráveis (ex.: “os políticos devem legalizar o casamento homossexual”) e atitudes negativas (ex.: “O casamento homossexual prejudica os valores familiares tradicionais”). Os participantes são solicitados a indicar sua concordância com cada item usando uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 7 (concordo totalmente). Os alfas de Cronbach para este estudo foram $\alpha = 0,88$ para atitudes positivas e $\alpha = 0,89$ para atitudes negativas.

Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (EMPS). A Escala Multidimensional de Preconceito Sexual foi desenvolvida por Massey (2009), sendo composta por 70 itens em sua versão original. Neste estudo, foi utilizada uma versão adaptada para o português brasileiro por Freires e colaboradores (2019), com 35 itens agrupados em cinco dimensões (índices de confiabilidade entre parênteses): *Heterossexismo* ($\alpha = 0,97$), *Aversão a homossexuais* ($\alpha = 0,94$), *Crenças positivas em relação aos homossexuais* ($\alpha = 0,89$), *Resistência à Heteronormatividade* ($\alpha = 0,91$) e *Negação da Discriminação* ($\alpha = 0,49$).

Questionário dos Valores Básicos (QVB). O mesmo instrumento do Estudo 1 foi usado aqui. Seus alfas de *Cronbach* para este estudo variaram de 0,50 (*existência*) a 0,70 (*normativos*), com um coeficiente de confiabilidade médio de 0,60.

Procedimento de Coleta e Análise de Dados. Foram seguidos os mesmos procedimentos de coleta do Estudo 1. Com relação à análise dos dados, estes foram tabulados e analisados no *PASW* e no *AMOS* (ambos em suas versões n. 18). O primeiro programa permitiu calcular estatísticas descritivas (média, desvio padrão, análise de frequência) e análises de correlações de Pearson. O segundo, por sua vez, permitiu realizar uma *path analysis* (análise de caminhos) para testar o modelo explicativo de predição da aceitação da homoparentalidade. Esse tipo de análise oferece alguns indicadores de ajuste do modelo teórico aos dados empíricos, sendo os seguintes mais amplamente considerados e, por isso, aqui tidos em conta (BYRNE, 2016; FIDELL; TABACHNICK, 2013): (1) χ^2 (qui-quadrado) testa a probabilidade de o modelo teórico ajustar aos dados com valores altos indicando ajuste inadequado devido à sensibilidade ao tamanho da amostra ($N > 200$), deve ser interpretado com cuidado. Sugere-se o uso do χ^2/gl (qui-quadrado dividido pelos graus de liberdade). Nesse caso, valores entre 2 e 3 sugerem ajuste adequado, com a literatura sugerindo que valores até 5 são considerados aceitáveis; (2) o *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI), Eles variam de 0 a 1, com valores de 0,90 indicando ajuste adequado dos dados; (3) o *Comparative Fit Index* (CFI), que é um índice adicional, com valores em torno de 0,90 ou superior, indicando melhor ajuste; e (4) a *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA), apresentado com intervalo de confiança de 90 %. Os valores devem ser iguais ou inferiores a 0,08 e 0,05, respectivamente, mas valores de 0,1 são considerados aceitáveis. O PClose testa a hipótese do $\text{RMSEA} > 0,05$, com valores superiores a 0,05, sugerindo sua rejeição.

Resultados

Correlatos da aceitação da homoparentalidade e união homossexual

O objetivo desta análise foi identificar a direção das correlações entre atitudes em relação à homoparentalidade e atitudes em relação ao casamento homossexual com

valores humanos, as variáveis de intenção comportamental (disposição dos pais em aceitar que seus filhos tenham contato e possam ser amigos de crianças adotadas por pais homossexuais) e nível de religiosidade. As correlações de Pearson foram calculadas e são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Correlações entre atitudes em relação à homoparentalidade e casamento homossexuais, valores humanos, preconceito sexual e variáveis comportamentais

	Aceitação da Homoparentalidade	Aceitação da União Homossexual
PRECONCEITO SEXUAL		
Heterossexismo	-0,55**	-0,59**
Negação da discriminação	-0,16**	-0,16**
Aversão a homossexuais	-0,50**	-0,51**
Resistência à heteronormatividade	0,28**	0,28**
Crenças positivas em relação aos homossexuais	0,14*	0,11*
VALORES HUMANOS		
Experimentação	0,19*	0,19**
Realização	0,05	0,05
Suprapessoal	0,11**	0,15**
Existência	0,16**	0,12**
Interativa	0,22**	0,14**
Normativa	-0,14**	-0,21**
VARIÁVEIS DE INTENÇÃO COMPORTAMENTAL		
Disposição de proximidade	0,46**	0,50**
Aceitação do contato	0,54**	0,57**
Nível de religiosidade	-0,06	-0,18**

Nota. * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$ (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria.

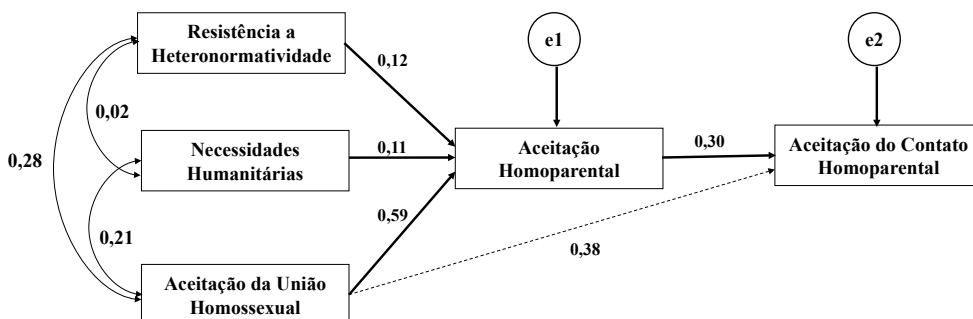
Os resultados mostram que a aceitação da homoparentalidade se correlacionou negativamente com o heterossexismo, negação da discriminação e aversão a homossexuais. Também foi correlacionada positivamente com a resistência à heteronormatividade e crenças positivas em relação aos homossexuais. Em relação às subfunções valorativas, a aceitação da homoparentalidade também apresentou correlações positivas com as subfunção interativa, de experimentação, de existência e suprapessoal; e correlações negativas com a subfunção normativa. Essa variável também apresentou correlações positivas significativas com a disposição de proximidade e a aceitação de contato homoparental.

Preditores da aceitação da homoparentalidade

Considerando que não foram encontrados estudos prévios sobre o tema que possibilitem uma discussão teórica, foram realizadas análises mais robustas. Com base nas análises de correlação de ambos os estudos, que apresentaram consistentemente correlações significativas entre valores que expressam necessidades humanitárias (experimentação, suprapessoal e interativa) com a aceitação da homoparentalidade, o modelo proposto levou em consideração a resistência à heteronormatividade, valores humanitários e aceitação da união homossexual como preditores das atitudes de aceitação frente à homoparentalidade que, por sua vez, predizem a aceitação do contato homoparental (Figura 1).

Em geral, os índices de adequação do modelo podem ser considerados adequados: $\chi^2/df = 3,77$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,93$, $CFI = 0,98$ e $RMSEA = 0,09$ (0,023 – 0,163) (BYRNE, 2016; FIDELL; TABACHNICK, 2013). No entanto, o teste PClose ($p = 0,12$) sugeriu que o valor do RMSEA é estatisticamente superior ao ponto de corte (0,05). Os coeficientes de Lambda foram todos diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $t > 1,96$, $p < 0,05$), com apenas uma exceção observada na associação entre resistência à heteronormatividade e valores que expressam necessidades humanitárias. Consequentemente, o modelo é uma contribuição para o desenvolvimento teórico desse tópico, fornecendo fortes evidências sobre a relação entre essas variáveis.

Figura 1 – Modelo explicativo da aceitação do contato homoparental



Fonte: Elaboração própria.

Discussão geral

Este capítulo teve como objetivo analisar a influência dos valores humanos e do preconceito diante de grupos minorizados sexualmente nas atitudes em relação à aceitação da homoparentalidade. Os dois estudos apresentados mostraram consistentemente a importância de incluir valores humanos em pesquisas futuras sobre o tema. Resumindo, os resultados mostraram que a aceitação da parentalidade por casais do mesmo gênero (homoparentalidade) está negativamente relacionada aos valores normativos, o que expressa a importância dos objetivos materialistas na orientação do comportamento social, com ênfase na manutenção das práticas sociais através da tradição e obediência a regras (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014). Os resultados do presente estudo corroboram aqueles previamente encontrados na literatura, apontando que indivíduos que se pautam pela subfunção normativa endossam aquilo que é tradicional em uma sociedade, sendo, portanto, menos propensos ao não convencional, procurando preservar a manutenção dos papéis sociais e representacionais da cultura vigente (REZENDE *et al.*, 2019). Desse modo, tais indivíduos se apresentam mais preconceituosos e discriminatórios no que diz respeito às políticas pró-grupos minorizados sexualmente, (ex.: a união civil, adoção por LGBTI+ etc.) utilizando julgamentos morais em relação ao contexto de vida LGBTI+ (PEREIRA *et al.*, 2013).

Tais princípios normativos apresentam duas funções principais, segundo Rezende e colaboradores (2019): servem como empecilho para que a sociedade como um todo tenha uma percepção mais aberta e positiva da parentalidade exercida no contexto da homossexualidade, e fomentam, favorecem e normalizam a manifestação de atos de violência (ex.: espancamento, assassinatos) registrados na mídia cotidianamente (GGB, 2019). Isso se dá principalmente quando se trata de pessoas fora do contexto da heterossexualidade, em razão de confrontar o modelo tradicional de família nuclear, que historicamente se relaciona às noções de família e sexualidade (CECÍLIO; SANTOS; SCORSOLINI-COMIN, 2013).

Nessa direção, as necessidades humanitárias, expressas pelos valores interativos, de realização e, especialmente, suprapessoais, também desempenharam um importante papel em explicar a aceitação da homoparentalidade. Junto com a resistência à heteronormatividade e com as atitudes em relação à união entre pessoas do mesmo gênero, que compõe um modelo empírico significativo que, por sua vez, explica a disposição dos indivíduos em aceitar o contato com crianças adotadas por pais do mesmo gênero.

Tais aspectos podem ser mais bem elucidados pela ampliação trazida a partir do que tem sido debatido como matriz cisheteronormativa. Segundo Santos e Nardi (2018), as cis-heteronormas atribuem aos corpos que se adequam à norma heterossexual e ao gênero atribuído ao nascer maior validade do que para aqueles que subvertem tal norma (ex.: homossexuais, transexuais, travestis, bissexuais, entre outras). Tais autores advogam que esse processo de validação objetiva estimular a heterossexualidade, de forma que as pessoas se organizem em sociedade a partir do modelo cisheteronormativo. No caso, da resistência à heteronormatividade, uma das dimensões do construto do preconceito sexual, utilizado nesse estudo, trata-se da recusa em aceitar a heterossexualidade como imperativa. Indivíduos com essa resistência mostram menor tendência em considerar relações heterossexuais como a única configuração de relacionamento padrão (HEREK; MCLEMORE, 2013; MASSEY, 2009). Ainda, a aceitação da união homossexual entre pessoas do mesmo gênero é um importante construto nesse caso devido às recentes mudanças no Brasil, onde a Suprema Corte pronunciou em 2012 que o registro de união estável entre casais do mesmo gênero é considerado uma entidade familiar, garantindo os direitos formais a casais do mesmo gênero tanto em relação à herança quanto em relação à adoção

de crianças. A aceitação legal da união entre pessoas do mesmo gênero tende a dar visibilidade a esses arranjos familiares, contribuindo para a mudança social e, consequentemente, para a mudança na percepção frente à homoparentalidade.

Embora todos os construtos tenham sido importantes na predição da aceitação da homoparentalidade, é importante em termos teóricos enfatizar que essa aceitação passa por uma contextualização axiológica, ou seja, são baseadas em princípios que orientam ações individuais e expressam necessidades humanitárias básicas. Valores humanitários (idealistas) são coerentes com indivíduos que têm a mente aberta, que apreciam o desenvolvimento de relações interpessoais como objetivos importantes dentro dos princípios de equidade. Esses valores, no geral, descrevem pessoas ativas que promovem mudanças sociais para gerações futuras (GUERRA; GOUVEIA; MILFONT, 2014). Dessa forma, mudanças individuais possibilitam outra forma de compreensão da homossexualidade e, consequentemente, da homoparentalidade, reduzindo estigmas e preconceitos sociais a longo prazo (ARAÚJO; CERQUEIRA-SANTOS; SANTOS, 2018).

Considerações finais

Diante do exposto, os presentes estudos apresentam-se como uma proposta incluída, tendo em vista que objetiva investigar o fenômeno tanto na perspectiva clássica, dos estudos da homofobia, quanto na perspectiva mais atual, que enfatizam o preconceito sexual de forma mais ampla. Sendo assim, tanto a visão atual quanto a visão mais tradicional baseada no termo homofobia são úteis e legítimas. Os pesquisadores das duas perspectivas objetivam entender e ajudar os grupos minorizados sexualmente, e para chegar a esse objetivo a melhor solução científica e prática é adotar ambas as perspectivas, o que é caso do presente estudo, que conta com dois estudos independentes, porém, considerando as duas perspectivas, de modo que se possa desenhar pontos de convergência e complementaridade.

Finalmente, apesar dos objetivos propostos terem sido satisfatoriamente alcançados, há algumas limitações a serem indicadas. Primeiramente, cabe destacar o caráter não probabilístico da amostra, que por sua vez, impossibilita generalizações para toda a população brasileira. Segundo, deve-se ter em conta a possível influência do

viés desejabilidade social, em função dos instrumentos utilizados serem de autorrelato, o que pode gerar distorções em direção ao que é socialmente aceitável.

Sendo assim, espera-se que estudos futuros sejam levados a cabo, a partir do que foi levantado neste capítulo, uma vez que pesquisas dessa natureza são fundamentais para preencher lacunas existentes na literatura da área, assim como são igualmente relevantes para desmistificar representações estereotipadas e do senso comum que seguem permeando o imaginário das pessoas a respeito da parentalidade exercida no contexto dos grupos minorizados sexualmente no Brasil. Nesse sentido, seria interessante contar com outros estudos com amostras mais expressivas e heterogêneas, a fim de comparar o que diferentes grupos religiosos influentes no Brasil consideram sobre o assunto. O Brasil é o maior país católico do mundo, com 65 % da população declarada católica no último censo. Denominações religiosas cristãs constituem 90 % da população, e os valores sociais e culturais tendem a refletir esse contexto religioso (IBGE, 2010).

Adicionalmente, sugere-se ainda que estudos futuros possam investigar o impacto da hipótese do contato nas atitudes diante da homoparentalidade no Brasil. A hipótese do contato enfatiza a importância do contato positivo entre pessoas heterossexuais com pessoas de grupos minorizados sexualmente e famílias homoparentais para a redução do preconceito e da discriminação a esses grupos, por serem mediadas por emoções e experiências positivas (COSTA; LEAL; PEREIRA, 2015).

Referências

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 julho de 1990. Casa Civil. **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.
- BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with amos: basic concepts, applications, and programming**. 3. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2016.
- CASTILLO, M. *et al.* La medida de la homofobia manifesta y sutil. **Psicothema**, v. 15, n. 2, p. 197-204, 2003. Disponível em: <http://www.psicothema.com/pdf/1045.pdf>.

- CECÍLIO, M. S. **Adoção por casais do mesmo sexo**: concepções e experiências de profissionais que atuam no judiciário. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Uberaba, Minas Gerais: 2017.
- CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F. Avaliação de pretendentes à adoção. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n. 3, p. 497-511, 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002943143>.
- CECÍLIO, M. S.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Produção científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 507-516, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/jcrQ3qhNTNF8NNbyh3F6HQN/?lang=pt>.
- COSTA, P. A.; PEREIRA, H.; LEAL, I. “The contact hypothesis” and attitudes toward same-sex parenting. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 12, p. 125-136, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13178-014-0171-8>.
- DONALDSON, C. D.; HANDREN, L. M.; LAC, A. Applying multilevel modeling to understand individual and cross-cultural variations in attitudes toward homosexual people across 28 European countries. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 48, n. 1, p. 1-20, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022022116672488>
- FALCÃO, L. C. **Adoção de crianças por homossexuais**: crenças e formas de preconceito. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.
- FARR, R. H.; VÁZQUEZ, C. P. Stigma experiences, mental health, perceived parenting competence, and parent-child relationships among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents in the united states. **Frontiers in Psychology**, v. 11, n. 445, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>.
- FERREIRA, R. C. **O gay no ambiente de trabalho**: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. 2007. (Dissertação Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- FREIRES, L. A. **Atitudes frente a homoparentalidade**: uma explicação a partir de variáveis explícitas e implícitas. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

- FREIRES, L. A. *et al.* Escala multidimensional de preconceito sexual: propriedades psicométricas para o contexto brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. 3, p. 222-235, 2019.
- GATES, G. J. **LGBTI+ parenting in the United States**. The Williams Institute. eScholarship, 2013. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/9xs6g8xx>.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Motivação para responder sem preconceito: evidências de um instrumento frente a gays e lésbicas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 3, p. 458-466, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/SQNG7wS3ftRZ9Xh3bdzWBWj/?lang=pt>.
- GOUVEIA, V. V. *et al.* Valores e motivação para responder sem preconceito frente a homossexuais. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 215-225, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/qpbw4Bw57sCGM86tMhBb3LN/?lang=pt>.
- GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L.; GUERRA, V. M. Functional theory of human values: testing its content and structure hypotheses. **Personality and Individual Differences**, v. 60, p. 41-47, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191886913013895>.
- GROTEVANT, H. D.; MCDERMOTT, J. M. Adoption: biological and social processes linked to adaptation. **Annual Review of Psychology**, v. 65, p. 235-265, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24016275/>.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBTQI+ morta no Brasil**: Relatório GGB 2018. Bahia, Brasil: 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>.
- GUERRA, V. M. *et al.* Sexual liberalism-conservatism: the effect of human values, gender, and previous sexual experience. **Archives of Sexual Behavior**, v. 41, p. 1027-1039, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-012-9936-4>.
- GUSMÃO, E. E. S. *et al.* Valores humanos e atitudes homofóbicas flagrante e sutil. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/MwmWsdFdShTjWHVZbq34bfp/?lang=pt>.
- HEAVEN, P. C. L.; OXMAN, L. N. Human values, conservatism and stereotypes of homosexuals. **Personality and Individual Differences**, v. 27, n. 1, p. 109-118, 1999. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1999-13969-009>.

- HEREK, G. M.; MCLEMORE, K. A. Sexual prejudice. In: **Annual Review of Psychology**, v. 60, p. 309-333, 2013. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-psych-113011-143826>.
- INTERNATIONAL LESBIAN, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association - ILGA World. **2019 Annual Report**, Genebra, 2020. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_World_Annual_Report_2019.pdf.
- KUNTZ, A. *et al.* Human values, legal regulation, and approval of homosexuality in Europe: a cross-country comparison. **European Journal of Social Psychology**, v. 45, n. 1, p. 120-134, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2068>.
- LAMB, M. E. Mothers, fathers, families and circumstances: factors affecting children's adjustment. **Applied Developmental Science**, v. 16, p. 98-111, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10888691.2012.667344>.
- LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. (In)visibilidade da vivência homo-parental feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 20-33, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hxVj985dvHSTgn9JJYsCvrM/?lang=pt>.
- MARINHO, C. A. *et al.* Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. **Paidéia**, v. 14, n. 29, p. 371-379, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/zLwDxkjrdZnfBttJV4z85tc/abstract/?lang=pt>.
- MASSEY, S. Polymorphous prejudice: liberating the measurement of heterosexuals' attitudes toward lesbians and gay men. **Journal of Homosexuality**, v. 56, p. 147-172, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00918360802623131>.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>.
- NASCIMENTO, C. R. R.; ARAÚJO, I. C.; BIASUTTI, C. M. O direito à convivência familiar a partir da adoção: ampliando o entendimento sobre a família. In: ROSA, E. M.; AVELLAR, L. Z. (org.). **Psicologia, justiça e direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2017. p. 99-110.
- PATTERSON, C. J. Parent's sexual orientation and children's development. **Children Development Perspectives**, v. 11, n. 1, p. 45-49, 2017. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cdep.12207>.

- PATTERSON, C. J.; GOLDBERG, A. E. Lesbian and gay parents and their children. **National Council on Family Relations**, v. 1, n. 1, p. 1-4, 2016. Disponível em: https://www.ncfr.org/sites/default/files/2017-01/ncfr_policy_brief_november_final.pdf.
- PEREIRA, C. R. *et al.* O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 79-89, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9wDV7F66tBhLXcxW77qs5jC/?lang=pt>.
- PEREIRA, C. R. *et al.* Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 73-82, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100010>.
- PLANT, E. A.; DEVINE, P. G. Internal and external motivation to respond without prejudice. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 75, p. 811-832, 1998. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/buy/1998-12057-017>.
- PONTES, M. F.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. **Revista de Psicologia da USP**, v. 28, n. 2, p. 276-286, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/jKzM9VM5W7XmrypYfjy8BHn/?lang=pt>.
- REZENDE, A. T. *et al.* Correlatos valorativos das motivações para responder sem preconceito frente à homoparentalidade. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 97-108, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/vGmyh38YVgLg8vRKb7jdYhP/?lang=pt>.
- SANTOS, H. B.; NARDI, H. C. Entre o trabalhador e o vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 2299-2316, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/QgNDRs7cYhPLNT9YXtsvxJh/abstract/?lang=pt>.
- SANTOS, J. V. O.; ARAÚJO, L. F.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Conservadorismo, posicionamento político e preconceito contra casais adotivos homossexuais. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 1, p. 57-66, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsa-lud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-294X2018000100007&lng=es&nrm=iso&tlng=pt.

- TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. 6. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2013.
- UNITED STATES CENSUS. **American Community Survey (ACS)**. 2011. Disponível em: <https://www.census.gov/programs-surveys/acs>.
- XIMENES, F.; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do judiciário. **Estudos interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326595066_Adocao_por_casais_do_mesmo_sexo_relatos_de_psicologos_do_Judiciario.